TATIANA MESQUITA NUNES

**OLÍMPIA E O LEVIATÃ:
A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO PARA GARANTIA
DA INTEGRIDADE NO ESPORTE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: PROFESSOR TITULAR DR. JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2020

TATIANA MESQUITA NUNES

**OLÍMPIA E O LEVIATÃ:
A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO PARA GARANTIA
DA INTEGRIDADE NO ESPORTE**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Estado (Direito Constitucional), sob a orientação do Professor Titular Dr. José Levi Mello do Amaral Júnior.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2020

Àqueles que me ensinaram a dançar na chuva,
ao invés de aguardar passivamente até que ela
passasse.

Àquele que dançou comigo.

Há um velho provérbio chinês: se não se penetrar no covil do tigre, como é possível capturar seus filhotes? Sendo este provérbio verdadeiro para a prática humana, ele é igualmente verdadeiro para a teoria do conhecimento.
(Brohm, 2002)

NUNES, Tatiana Mesquita. **Olímpia e o Leviatã: a Participação do Estado para Garantia da Integridade no Esporte**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito da USP, São Paulo.

RESUMO

Olímpia e o Leviatã são figuras ilustrativas da relação entre o esporte e o Estado. Aqui e alhures, a participação do Estado no domínio esportivo tem sido objeto de críticas e objeções, especialmente fundadas no viés político de suas interferências do passado e no princípio da autonomia das organizações esportivas, estas consideradas por muitos como fiéis protetoras do esporte e de seus atores perante indevidas ingerências. Os recentes escândalos de corrupção e fraude que assolaram o mundo esportivo impuseram, no entanto, a revisão de alguns postulados, dentre os quais a autonomia concebida de tal forma absoluta que garantiu às organizações esportivas uma quase independência das regras postas pelo Estado – e, portanto, uma excessiva liberdade a seus dirigentes para a tomada de decisões. Propõe-se, assim, a revisão do conceito até então predominante de autonomia para focar a proteção no próprio esporte e em sua integridade – ao invés de focá-la nas suas organizações. Para tal fim, considerou-se fundamental o estudo do fenômeno esportivo, das conformações teóricas do princípio da autonomia e dos contornos da integridade na seara esportiva. A tal construção abstrata agregou-se o estudo do sistema jurídico esportivo brasileiro na atualidade e, como hipóteses de comparação, dos sistemas jurídicos norte-americano e francês, e das normativas emanadas das organizações internacionais. Com fundamento nas premissas doutrinárias, jurisprudenciais e legislativas lançadas, passou-se à (re)construção conceitual da autonomia e da relação entre Estado e movimento esportivo, concluindo-se pela necessária participação daquele na estruturação de regras especialmente voltadas à proteção à integridade, sem a necessidade de contrapartida, sob a forma de benesse estatal, para sua imposição a todos os atores responsáveis pela organização do esporte.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte. Direito Desportivo. Estado. Autonomia. Integridade.

NUNES, Tatiana Mesquita. **Olympia and Leviathan: State's Role to Guarantee Integrity in Sports**. 2020. Thesis (Master in Law). Faculdade de Direito da USP, São Paulo.

ABSTRACT

Olympia and Leviathan are illustrative figures of the relationship between sport and State. Here and beyond, the State's role on sport's domain has been a target for criticisms and objections, especially based on the political bias of its interferences in the past and on the sports organization's autonomy principle. The sports organizations are considered by many as faithful protectors of sport and its actors before improper interferences. Recent corruption and fraud scandals which devastated the sport's world imposed, however, the review of some postulates, among them the autonomy, which was conceived in a form such absolute that have been guarantying to sports organizations a quasi-independence from the rules placed by State – and, thus, an unreasonable liberty to their officers to decide. The proposal is, so, to review the autonomy definition prevailing until now and focus the protection on the sport itself and its integrity – instead of focusing on its organizations. It's key for this purpose to study the sport's phenomenon, the theoretical configurations of autonomy principle and the outlines of integrity for sport. It's aggregated to this abstract construction the study of the current Brazilian's sports legal system and, as comparison tools, the sports legal system in the USA and France, and the rules emanated from the international organizations. Based on the doctrinaire, jurisprudential and legislative propositions introduced, the autonomy and the relation between State and sports movement were conceptually reconstructed. The conclusion was the necessity of State's involvement on structuring rules specially designed to protect integrity, without the need of counterpart, as an state benefit, for being imposed to all the actors responsible for sports organization.

KEYWORDS: Sport. Sport's Law. State. Autonomy. Integrity.

SUMÁRIO

Introdução: Olímpia e Leviatã

I. Olímpia.....	10
II. Leviatã.....	13
III. Olímpia e o Leviatã: Uma Relação de Poder.....	15

PARTE I – OLÍMPIA E O LEVIATÃ: UM HISTÓRICO EMBATE

Capítulo I – O Estado, o Esporte e a Integridade

1.1. Estado, Direito e Esporte: a sociogênese do esporte e sua peculiar formação jurídica.....	19
1.2. O Estado no Domínio Esportivo: a autonomia do esporte e sua qualificação como direito social.....	32
1.2.1. A autonomia das organizações esportivas.....	37
1.2.2. O esporte como direito social e sua influência para a concepção da autonomia.....	40
1.2.3. A autonomia do esporte (ou a autonomia supervisionada das organizações esportivas).....	43
1.3. A Integridade como Ideal Orientador do Esporte.....	48
1.3.1. A Integridade do Esporte em si mesmo.....	51
1.3.2. A Integridade Pessoal no Esporte ou a Integridade das Competições.....	52
1.3.3. A Integridade das Organizações Esportivas.....	53
1.3.4. A Integridade Procedimental dos Eventos Esportivos.....	54
1.3.5. Integridade e Governança no Esporte.....	54

Capítulo II – Estado e Esporte no Brasil

2.1. A Relação entre as Organizações Esportivas e o Estado Brasileiro.....	57
2.2. O Esporte como Direito Social e a Autonomia – Exegese do artigo 217 da CRFB/1988.....	62
2.2.1. O artigo 217 e o bem jurídico protegido.....	64
2.2.2. Autonomia das organizações esportivas no Direito brasileiro – as concepções doutrinárias e jurisprudenciais atuais.....	67
2.2.3. As formas de interação do movimento esportivo com o Direito brasileiro – o exemplo da <i>Lex FIFA</i>	76
2.3. Arcabouço Jurídico Atual para Garantia da Integridade das Organizações Esportivas Brasileiras.....	81

2.3.1. Repressão a ilícitos, à gestão temerária e aos atos contrários ao contrato ou estatuto social na Lei Pelé – o art. 27.....	82
2.3.2. Normas de boa governança incorporadas na Lei Pelé – o artigo 18-A.....	83
2.3.3. O Programa de Modernização da Gestão e da Responsabilidade Fiscal do Futebol – PROFUT.....	87
2.3.4. O combate à dopagem como questão de integridade.....	93

PARTE II – OLÍMPIA E O LEVIATÃ: UMA COOPERAÇÃO POSSÍVEL

Capítulo III – Estado e Esporte no Mundo

3.1. O Modelo Esportivo Norte-americano e suas Especificidades.....	99
3.1.1. Organizações esportivas norte-americanas: monopólios e truste.....	104
3.1.2. O exemplo da legislação antidopagem e a atuação estatal.....	107
3.2. A diferente visão do Estado Francês em face do Esporte: Autonomia e Regulação.....	109
3.2.1. A autonomia do esporte no Direito Francês – a relação entre Estado e organizações esportivas.....	114
3.2.2. Integridade no modelo esportivo francês.....	118
3.3. Configuração Internacional da Proteção ao Esporte e à sua Integridade.....	128

Capítulo IV – Proposta de um Marco Jurídico para a Integridade das Organizações Esportivas no Brasil

4.1. Esporte e Autonomia sob a ótica de sua Função Social.....	134
4.2. A figura da organização esportiva frente ao bem jurídico esporte: peculiaridade do sistema esportivo e sua aproximação com os monopólios e carteis econômicos.....	142
4.3. A cooperação possível entre movimento esportivo e Estado: conciliação entre a autonomia das organizações esportivas e a normatização de regras de integridade para o esporte brasileiro.....	150
4.3.1. Adoção de medidas de transparência – o exemplo do Direito Francês.....	158
4.3.2. Prevenção de situações em que o agente possa se encontrar frente à necessidade de adoção de comportamentos “não-virtuosos” – o exemplo da luta contra o conflito de interesses na Justiça Desportiva.....	160
4.3.3. Sanções a comportamentos “não-virtuosos” – a improbidade na administração do desporto.....	162

Conclusão.....	164
-----------------------	------------

Bibliografia.....169

INTRODUÇÃO: OLÍMPIA E O LEVIATÃ

I. OLÍMPIA

O melhor é a água, enquanto o ouro, como o fogo brilhando na noite, distingue-se mais que a riqueza exaltadora de homens.

Se jogos celebrar desejas, caro coração, não mais cáldio que o sol luzindo de dia outro astro mires no ermo éter, nem uma competição superior à de Olímpia cantaremos.

(...)

E a fama das Olimpíadas de longe refulge dos hipódromos de Pélops, onde rapidez dos pés se disputa e extremos de vigor bem sofridos.

E o vencedor por toda vida o doce mel da bonança goza por causa dos jogos.

(...)

Mas o cume eleva-se para os reis. Não vises além.

Que tu possas por teu tempo nas alturas caminhar, e eu tão somente a vencedores associar-me, preclaro em minh' arte junto aos Helenos em toda parte.¹

Conta Píndaro em suas Odes que, na realização do Quinto de seus Doze Trabalhos², Hércules teve como tarefa limpar os estábulos do Rei Áugias em um único dia. O Rei Áugias, participante da expedição dos Argonautas e filho do Rei Hélios, possuía um rebanho de cerca de três mil bois, cujos estábulos nunca haviam sido limpos. A tarefa de limpá-los em um único dia, dada pelo Rei Euristeu, de Micenas, teria como pagamento o recebimento, por Hércules, de um décimo do rebanho do Rei Áugias.

Para completar sua tarefa, Hércules desviou o curso do rio Alfeu, de Olímpia, que passava próximo aos estábulos, permitindo, em poucas horas, que a água levasse a sujeira acumulada, refazendo, em seguida, o curso natural do rio. Ciente do sucesso de seu trabalho, Hércules foi buscar seu pagamento, recebendo a negativa do Rei Áugias. Foi necessário, pois, após o período de doze anos de servidão ao Rei Euristeu, uma guerra pelo território, vencida por Hércules e seu exército.

Em celebração da vitória, Hércules resolveu homenagear seu pai, Zeus, instituindo uma competição, em Olímpia, na qual qualquer cidadão grego poderia demonstrar o quão forte e veloz era. Limpou o resto do campo, trilhou, com seiscientos de seus próprios passos,

¹ Trecho da Primeira Ode Olímpica de Píndaro. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93858/romero_slgg_me_arafcl.pdf?sequence=1>. Píndaro foi um poeta grego que, em homenagem aos vencedores dos Jogos – Olímpicos, Píticos, Nemeus e Ístmicos – compunha Odes, glorificando as façanhas dos competidores. Em suas Odes Olímpicas Terceira e Décima, principalmente, conta a história de Hércules e do seu quinto trabalho, o qual teria dado origem aos Jogos Olímpicos.

² Conta a lenda que os Doze Trabalhos de Hércules foram determinados pelos Deuses como punição ao seu temperamento raivoso. Assim, deveria Hércules servir ao Rei Euristeu, de Micenas, por doze anos, em cada um dos quais receberia uma difícil tarefa. Sobre o tema, veja RODRÍGUEZ, Antonio Marcos Escalona. *Heracles y sus doce trabajos*. Facultad de Filología Griega y Filología Eslava de la Universidad de Granada. Disponível em: <<http://masteres.ugr.es/clasicas/pages/investigacion/escalonaheracles/>>. Acesso em 16 de julho de 2018.

a pista de corridas, e deu aos jogos recém-instituídos o nome de Jogos Olímpicos³. Naquele local, Hércules plantou uma Oliveira, a qual deu forma à coroa de oliva, que glorificava os vencedores da competição.

Segundo essa lenda, as façanhas de Hércules teriam alçado Olímpia à condição de berço do movimento olímpico e, portanto, símbolo do que modernamente observamos como fenômeno esportivo. Os Jogos Olímpicos – ao lado dos demais jogos pan-helênicos⁴ – representavam a integração do povo grego, dando-lhes unidade, e sagrando os vencedores – helenos de qualquer parte – com os louros da vitória, em culto a Zeus.

Os Jogos Olímpicos eram disputados a cada quatro anos, sempre no verão, após as colheitas. Iniciavam-se os preparativos finais na primavera, quando os mensageiros deixavam a cidade de Elis e dirigiam-se a toda a Grécia, convocando os atletas para os Jogos.

Os atletas eram, em Olímpia, heróis. Apresentavam-se nus, com óleo e areia sobre o corpo, ofertando a Zeus suas habilidades esportivas. O público – de mais de quarenta mil pessoas entre nobres, ilustres, religiosos, mercadores e “turistas” – assistia às competições em pavilhões exclusivos, lugares privilegiados ou de cima das colinas, a depender de sua classe social.

As disputas duravam cinco dias, intercaladas com momentos de lazer, como sacrifícios no Altis, consultas aos oráculos, recitais de poesia e debates de filosofia. No primeiro dia, depois do juramento perante a estátua de Zeus, iniciavam-se as disputas de corrida, luta e boxe para competidores entre 12 e 18 anos. No segundo dia, após o desfile no Hipódromo, os competidores iniciavam as corridas de carruagem e as corridas a cavalo –

³ A lenda associada ao quinto trabalho de Hércules é apenas uma das lendas associadas à criação dos Jogos Olímpicos, havendo outras que também lhe explicariam, com base em considerações míticas e/ou históricas, a instituição. Uma das lendas de caráter mítico confere a Zeus a qualificação de “primeiro atleta olímpico”, por ter vencido o pai, Cronos, na disputa pelo controle do mundo dos mortais. A comemoração teria ocorrido pela convocação de um time de deuses, inspiração para os primeiros jogos. Historicamente, costuma-se atribuir o início dos Jogos Olímpicos ao convite, enviado pelo Rei Iphitos, em razão de mensagem do Oráculo de Delfos, para as cidades-Estado competirem em paz na cidade de Olímpia, em 776 A.c, ocasião em que os Jogos teriam se constituído apenas de uma corrida, vencida por Koroibos. Sobre o tema, vide: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SÃO PAULO). **A Evolução do Esporte Olímpico**. São Paulo: Sesi-SP, 2012.

⁴ Os jogos pan-helênicos, como forma de culto aos deuses adorados pelos gregos, dividiam-se em quatro principais: jogos olímpicos (realizados a cada quatro anos, em homenagem a Zeus), jogos píticos (também a cada quatro anos, em homenagem a Apolo), jogos nemeus ou nemeianos (realizados a cada dois anos, em homenagem a Zeus e Herácles) e jogos ístmicos (também a cada dois anos, em homenagem a Poseidon). SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SÃO PAULO). **A Evolução do Esporte Olímpico**. São Paulo: Sesi-SP, 2012.

⁵ O Altis era o bosque sagrado, onde ficavam os templos de Olímpia. Era uma área irregular quadrangular de mais de 180 metros em cada lado, murada à exceção da parte Norte, na qual era limitada pela colina de Cronos. No Altis ficavam os templos de Zeus e de Hera, sua consorte, assim como os principais altares e ofertórios, tesourarias e prédios de administração dos Jogos Olímpicos. Informações extraídas da Encyclopædia Britannica (in <https://www.britannica.com/place/Altis>, consulta em 25 de março de 2019).

montando os cavaleiros em pelo e sem estribo⁶. A tarde era dedicada ao pentatlo, composto por provas de lançamento de disco e dardo, salto em distância e corrida. O início do terceiro dia era voltado aos sacrifícios dos animais que eram ofertados pela cidade de Elis, passando-se, no período da tarde, às corridas a pé. No quarto dia, ocorriam os esportes de contato (boxe e pancrácio), com lutas em pé e no solo, seguidos da corrida com armadura. O quinto e último dia era dedicado às celebrações, sagrando os vencedores com as coroas de ramo de oliveira.

Os Jogos Olímpicos da Antiguidade duraram pouco mais de mil anos. No ano de 393 d.C., o imperador Teodósio I proibiu todas as festas e manifestações pagãs, incluindo as Olimpíadas, como forma de respeito ao Cristianismo, para o qual havia se convertido. Seu sucessor, Teodósio II, determinou, no século V, que fossem incendiadas várias edificações de Olímpia, como o Templo de Zeus, buscando, assim, que nunca mais houvesse a disputa dos Jogos. A tentativa foi exitosa, mantendo-se os Jogos Olímpicos sob ruínas que só seriam levantadas pela iniciativa, em 1896, do Barão de Coubertin.

O esporte, porém, não permaneceu sob as ruínas de Olímpia até a nova versão dos Jogos, no século XIX. Na Idade Média, eram bastante comuns os treinamentos e prática de modalidades esportivas relacionadas à guerra, como o arco e flecha, assim como a manifestação esportiva de lazer nas feiras e festivais. No entanto, as raízes do que denominamos Esporte Moderno remontam ao fim do Século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, quando passou-se a organizar o esporte, com a criação de equipes e a realização de competições esportivas.

A retomada das Olimpíadas passou a ser cogitada ainda no século XIX, a partir dos sonhos outorgados pela história ao poeta grego Panagiotis Soutsos, em 1833. Em seu poema “Diálogo dos Mortos”, o poeta apresenta questionamentos postos pelo fantasma de Platão, entre os quais “onde estariam as Olimpíadas”. Embora frustrada sua tentativa de propor ao governo grego o retorno dos Jogos, sua ideia encontrou amparo no albanês Evangelis Zappas,

⁶ A lenda que originou as competições hípias relaciona-se com Hipodâmia, filha do rei Oinomaos, de Pisa. Encontrando-se a menina em “idade para casar”, era levada para passeios de carruagem por seus pretendentes, sempre seguida por uma carruagem na qual encontrava-se seu pai. Caso o pai conseguisse alcançar e emparelhar a carruagem, tinha o direito de tirar a vida do potencial noivo. Após cortar a cabeça de vinte pretendentes, por possuir os melhores cavalos, teria aparecido a figura de Pélope, da Frígia, apresentando-se duas versões para o fim da lenda. Pela primeira, o chefe dos cavaleiros Myrtillos, apaixonado por Hipodâmia e em razão de promessa de Pélope de poder passar uma noite com a noiva, teria trocado as peças de bronze que fixavam as rodas aos eixos por peças de cera, fazendo a carruagem do rei tombar. Pélope teria jogado Myrtillos de um precipício. Pela segunda, Pélope teria recebido do Deus Poseidon uma carruagem dourada, com quatro cavalos alados, assim como rodas que se soltariam da carruagem do rei, provocando-lhe a morte. (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SÃO PAULO). **A Evolução do Esporte Olímpico**. São Paulo: Sesi-SP, 2012, p. 21).

o qual teria proposto a retomada das Olimpíadas a seu próprio custo. Evangelis Zappas conseguiu organizar, no ano de 1859, os Jogos da Indústria, da Agricultura e do Esporte, em Atenas.

No ano de 1880, William Penny Brookes, inspirado pelas ideias de Zappas, propôs um Festival Olímpico Internacional em Atenas, o qual, no entanto, não foi autorizado pelo governo grego. Embora a ideia não tenha logrado êxito, serviu de inspiração para aquele que seria, a partir de então, considerado o pai do Olimpismo moderno: Pierre de Frédy, o Barão de Coubertin⁷. Fundado o Comitê Olímpico Internacional no ano de 1894, a primeira edição das Olimpíadas Modernas ocorreria em Atenas, dois anos depois, em 1896.

Ocorridas algumas versões dos Jogos modernos a partir de 1896, a cidade de Olímpia, berço do movimento olímpico, renasceria para o esporte apenas no ano de 1928, representada pelo fogo que tranquilamente brandia na pira construída no estádio de Amsterdã, sede dos Jogos daquele ano. O fogo, levado de Olímpia a Amsterdã, representou a conexão entre passado e presente, incorporando aos Jogos o espírito ancestral. A oferta a Zeus Olímpico, diante do Templo de Hera em Olímpia, acendeu-se em chama, a qual passou, nos seguintes Jogos, a ser transportada, em uma pira, pelos cinco continentes, unindo-os por meio do esporte.

II. O LEVIATÃ

Zeus Olímpico, porém, não reina absoluto no mundo esportivo. O Leviatã comparece a Olímpia para exercer também papel de protagonista neste mundo. Trata-se este de figura da mitologia fenícia retratada no Livro de Jó (Antigo Testamento) e que se apresenta como uma criatura indomável e poderosa, sendo figurativamente utilizado por Thomas Hobbes na obra *Leviatã*, de 1651, para referir-se ao Estados.

⁷ Pierre de Frédy, conhecido como o Barão de Coubertin, nasceu no ano de 1863 e, ao estudar a educação na França, concebeu a ideia – ou, mais propriamente, o ideal – de que a educação através do esporte não mais poderia ser um privilégio das elites, devendo ser transmitida a toda a sociedade. Assim, concebeu a ressurreição dos Jogos Olímpicos, modelando-os à sua imagem: a competição envolveria apenas atletas amadores, os quais competiriam por amor ao esporte. Ambicionava os Jogos como um momento de “pausa” entre as disputas das nações, proclamando-se a paz entre os Estados. Sua utopia, no entanto, foi desfigurada, quer pela utilização política dos jogos, como ocorrido em Munique, em 1936 – que mais adiante estudaremos sob a ótica do *soft power* esportivo – quer pela “profissionalização” da competição, a qual passou a agregar atletas de alto rendimento (KESSOUS, Mustapha. **100 histórias dos Jogos Olímpicos**. Tradução de Maria Luiza Newlands. Rio de Janeiro, Edições de Janeiro, 2016).

⁸ MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã** – ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf>.

Do mesmo modo que tantas outras coisas, a natureza (a arte mediante a qual Deus fez e governa o mundo) é imitada pela arte dos homens também nisto: que lhe é possível fazer um animal artificial. Pois vendo que a vida não é mais do que um movimento dos membros, cujo início ocorre em alguma parte principal interna, por que não poderíamos dizer que todos os autômatos (máquinas que se movem a si mesmas por meio de molas, tal como um relógio) possuem uma vida artificial? Pois o que é o coração, senão uma mola; e os nervos, senão outras tantas cordas; e as juntas, senão outras tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro, tal como foi projetado pelo Artífice? E a arte vai mais longe ainda, imitando aquela criatura racional, a mais excelente obra da natureza, o Homem. Porque pela arte é criado aquele grande Leviatã a que se chama Estado, ou Cidade (em latim Civitas), que não é senão um homem artificial, embora de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado. E no qual a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro; os magistrados e outros funcionários judiciais ou executivos, juntas artificiais; a recompensa e o castigo (pelos quais, ligados ao trono da soberania, todas as juntas e membros são levados a cumprir seu dever) são os nervos, que fazem o mesmo no corpo natural; a riqueza e prosperidade de todos os membros individuais são a força; Salus Populi (a segurança do povo) é seu objetivo; os conselheiros, através dos quais todas as coisas que necessita saber lhe são sugeridas, são a memória; a justiça e as leis, uma razão e uma vontade artificiais; a concórdia é a saúde; a sedição é a doença; e a guerra civil é a morte. Por último, os pactos e convenções mediante os quais as partes deste Corpo Político foram criadas, reunidas e unificadas assemelham-se àquele Fiat, ao Façamos o homem proferido por Deus na Criação⁹.

O Estado, organizado de forma a limitar a liberdade dos indivíduos, voltando-se para a composição dos conflitos e a regulamentação dos direitos dos cidadãos a fim de possibilitar a convivência social, exerce, pois, um papel de regulador, conformando liberdades e direitos; poder e dever. A espada do Estado Leviatã é, segundo Hobbes, o instrumento que possibilita a manutenção dos pactos entre os homens, afastando-lhes as paixões naturais que os levariam ao estado de guerra e permitindo-lhes a pacífica convivência, ante o temor do poder estatal.

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade¹⁰.

Ao Estado compete dizer o que deve, o que pode e o que não pode ser realizado pelos cidadãos, administrando-lhes as esferas de liberdade em um equilíbrio tênue voltado a evitar o choque e a garantir o respeito. Esta é a primeira função, relacionada aos primórdios dos estudos sobre a figura do Estado: seu papel de ente regulador dos conflitos sociais – existentes ou potenciais. Compete-lhe, assim, fazer as leis e garantir que sejam observadas,

⁹ MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã** – ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf>.

¹⁰ MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã** – ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf>.

em vista do mandato concedido pelos cidadãos, os quais, abrindo mão de governarem-se a si mesmos, conferiram tal poder ao Leviatã¹¹.

III. OLÍMPIA E O LEVIATÃ: UMA RELAÇÃO DE PODER

A ideia olímpica da era moderna simboliza uma guerra mundial que não demonstra seu caráter militar abertamente, mas que dá, àqueles que sabem ler as estatísticas esportivas, um panorama suficiente da hierarquia das nações. (imprensa esportiva alemã, 1913).¹²

Atualmente, como outrora, escrevia Pierre de Coubertin, [a ação do esporte] será benéfica ou prejudicial segundo o partido que se saiba tirar e a direção para a qual se levará. O atletismo pode colocar em jogo as paixões mais nobres como também as mais vis: ele pode desenvolver o desinteresse e o sentimento de honra como também o amor pela vitória; enfim, pode ser utilizado para consolidar a paz da mesma forma como para preparar a guerra¹³.

A interação entre Olímpia e o Leviatã nunca foi harmônica. Se, como veremos adiante, nos primórdios da evolução do esporte moderno o Leviatã – ou o Estado – não se interessava muito por esta nova forma de interação social, Olímpia – ou o esporte – foi logo apropriada por aqueles que se interessavam – por motivos mais ou menos nobres – em sua organização. O Estado permaneceu, por muito tempo, inerte, sem saber o Leviatã como adentrar em Olímpia. Adentraram, em seu lugar, as organizações esportivas, as quais passaram a ser, a partir de então, senhoras dos rumos de Olímpia.

O presente trabalho tem por escopo principal analisar essa relação entre Estado e organizações esportivas, no tocante à garantia da integridade no esporte. Se a interação entre

¹¹ A tradição hobbesiana de conceituação do Estado não deixou de sofrer críticas ao longo da história, em especial modernamente. Autores como Pierre Bordieu criticam o fato de tal concepção tratar o Estado como uma espécie de “guardião supremo do melhor ponto de vista”. Assim enuncia o autor francês: “(...) podemos dizer que o Estado é o princípio de organização do consentimento como adesão à ordem social, a princípios fundamentais da ordem social, e que ele é o fundamento, não necessariamente de um consenso, mas da própria existência das trocas que levam a um dissenso. Essa atitude é um pouco perigosa porque pode parecer voltar ao que é a definição primeira do Estado, esta que os Estados dão de si mesmos e que foi retomada em certas teorias clássicas, como a de Hobbes ou a de Locke, para as quais o Estado é, segundo essa crença primeira, uma instituição destinada a servir o bem comum, e o governo, o bem do povo. Em certa medida, o Estado seria o lugar neutro ou, mais exatamente — para empregar a analogia de Leibniz dizendo que Deus é o lugar geométrico de todas as perspectivas antagônicas —, esse ponto de vista dos pontos de vista em um plano mais elevado, que não é mais um ponto de vista já que é aquilo em relação a que se organizam todos os pontos de vista: ele é aquele que pode assumir um ponto de vista sobre todos os pontos de vista. Essa visão do Estado como um quase Deus é subjacente à tradição da teoria clássica e funda a sociologia espontânea do Estado que se expressa nisso que por vezes chamamos de ciência administrativa, isto é, o discurso que os agentes do Estado produzem a respeito do Estado, verdadeira ideologia do serviço público e do bem público”. BORDIEU, Pierre. **Sobre o Estado** – Cursos no Collège de France (1989-92). Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 35-36.

¹² Tradução livre do francês. LUNZENFICHTER, Alain & Marie. *La Politique et L’Olympisme Moderne*. Biarritz: Atlantica, 2008. p. 11.

¹³ Publicado na *Revue française d’histoire des idées politiques*, n. 22, 2005, p. 389. In DUDOGNON, Charles; FOUCHER, Bernard; et alli. *Intégrité des Compétitions Sportives*. Lyon: Dalloz, 2014. p. X.

Estado e organizações esportivas sempre foi conflituosa, havendo, como veremos, alegações de indevidas ingerências de um lado e de desgovernança de outro, a ideia de uma integração para a promoção de um fim comum – a integridade no esporte – parece, a princípio, idealista. Nada obstante, as linhas que seguem demonstrarão que o Estado não só pode, como deve, encontrar seu espaço de participação no âmbito esportivo, desenhando regras de integridade a serem observadas pelo movimento esportivo.

A autonomia das organizações esportivas, apresentada por muitos como dogma fundamental e limitador integral da ação do Estado, deverá ter seus contornos repensados, à luz não apenas da evolução da doutrina e jurisprudências brasileiras – conforme veremos no Capítulo II – como também em atenção às experiências estrangeiras e internacionais, destacando-se os ordenamentos desportivos dos Estados Unidos da América e da França para esse fim – conforme será destacado no Capítulo III.

O Capítulo I será dedicado, portanto, ao entendimento do próprio fenômeno esportivo e dos conceitos básicos que irão acompanhar as construções realizadas ao longo de todo o trabalho, a saber, autonomia e integridade. A interação entre Estado e movimento esportivo será apresentada abstratamente, sob prismas diversos, em especial quanto ao espaço de regulamentação que, atualmente, as teorias jurídicas emprestam a cada um deles no âmbito esportivo.

Já o Capítulo II será integralmente focado no ordenamento jurídico brasileiro, iniciando por um esboço histórico sobre a relação entre as organizações esportivas e o Estado brasileiro; para passar à exegese do artigo 217 da Constituição da República de 1988 (que consagrou o direito ao esporte e a garantia à autonomia na Carta Magna) e suas implicações; encerrando com a apreciação do arcabouço jurídico atual para garantia da integridade das organizações esportivas brasileiras.

O Capítulo III apresentará o esporte no mundo, com ênfase nos ordenamentos jurídicos norte-americano e francês, assim como nas recomendações e outros enunciados dos organismos internacionais. A proposta é apresentar algumas soluções dadas pela doutrina, jurisprudência e legislação estrangeira e internacional para o tema enfrentado. O esporte, como fenômeno social mundial que é, permite aos ordenamentos jurídicos a observação das respostas já dadas por outros sistemas, de forma a permitir um intercâmbio desejável pelo mundo esportivo.

O Capítulo IV, último capítulo do trabalho, será voltado à ordenação das ideias lançadas nos capítulos que o antecederam para apresentar soluções conciliatórias possíveis, no ordenamento jurídico brasileiro, para a cooperação entre Estado e movimento esportivo.

Afirmando-se ser correto acreditar em uma cooperação possível entre Olímpia e o Leviatã, como já apontado no Capítulo III, o último capítulo do trabalho terá o desafio de apresentar os mecanismos para tanto, por meio da imprescindível (re)construção de conceitos e de sua conformação à construção jurídica do mundo esportivo na atualidade.

Se para muitos tal temática parece óbvia ou evidente, convida-se à leitura das discussões e diferentes visões colacionadas neste trabalho para que – espera-se – possa-se concluir, juntamente com esta autora, que é necessária a participação do Estado – ao lado das organizações esportivas – para a garantia do jogo limpo, justo e íntegro.

CONCLUSÃO – O ESPORTE E O ESTADO (PARA ALÉM DE OLÍMPIA E O LEVIATÃ)

Eu não posso aceitar o seu cânone de que devemos julgar o Papa e o Rei de forma diferente dos demais homens, com uma presunção favorável de que não fizeram nada de errado. Se há uma presunção é outra, contrária aos detentores de poder, crescendo conforme cresce o poder. A responsabilidade histórica [a saber, o julgamento último dos historiadores] deve compensar a vontade de uma responsabilidade legal [a saber, consequências legais durante o período de vida dos governantes]. **O poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente.** Grandes homens são quase sempre homens maus, mesmo quando exercitam a influência e não a autoridade: ainda mais quando adiciona-se a tendência ou a certeza de corrupção pela autoridade. Não há pior heresia do que a de que o posto santifica seu detentor. Este é um ponto no qual...o fim aprende a justificar os meios. Você enforcaria um homem não detentor de uma posição,...mas se o que ouve-se é verdade, Elizabeth pediu ao algoz para assassinar Maria, e William III ordenou seu ministro escocês para extirpar um clã. Aqui há os maiores nomes aliados aos maiores crimes. Você pouparia esses criminosos, por alguma razão misteriosa. Eu os enforcaria, mais alto que Hamã, por razões de óbvia justiça; ainda mais, ainda mais alto, pelo bem da ciência histórica...³⁹⁰ (destaques nossos)

O poder corrompe. E o poder absoluto corrompe ainda mais. Assim podem ser resumidos os ensinamentos historicamente associados à Carta enviada por Lord Acton ao Arcebispo Mandell Creighton, em 1887, e cujo emblemático excerto acima reproduzimos. A essa ideia de corrupção pelo poder – reproduzida em muitas oportunidades pelos mais diversos pensadores³⁹¹ – contrapõe-se a edificação de um mecanismo voltado ao seu enfrentamento: é este – entre outros – o sistema de freios e contrapesos apresentado como basilar às Constituições republicanas da atualidade.

No caso das organizações esportivas, no entanto, este sistema de freios e contrapesos constitucionalmente erigido não se aplica automaticamente. Ao contrário, a ideia de autonomia que passou a impregnar-se no seio de tais organizações fez com que qualquer sistema de controle fosse automaticamente rechaçado, por considerá-lo indevida ingerência nos assuntos eminentemente esportivos.

Mas se o poder corrompe, não estariam tais organizações esportivas sujeitas a tal corrupção, ao não possuir, interna ou externamente, mecanismos de controle aptos a evitar

³⁹⁰ ACTON, John Emerich Edward Dalberg. Letter to Archbishop Mandell Creighton (Apr. 5, 1887). Excertos disponíveis em: <<https://history.hanover.edu/courses/excerpts/165acton.html>>. Acesso em 2 de janeiro de 2020.

³⁹¹ Um dos pensadores mais emblemáticos a reproduzir semelhante raciocínio foi o ex-Presidente norte-americano Abraham Lincoln, o qual, durante o seu mandato, afirmou que “(...) se quiser por à prova o caráter de um homem, dê-lhe poder” (citado no artigo “Que país é esse?”, de Nelson Emílio de Barros Barreto, disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/que-pais-e-esse-3rmjb2xb7v9u2gdwt7uedujr4/>>. Acesso em 2 de janeiro de 2020.

a conformação de um poder quase absoluto em torno de seus dirigentes? Foi essa, justamente, a pergunta realizada por muitos autores, ao verificar-se o quanto a corrupção encontrava-se entranhada nas mais diversas organizações esportivas³⁹².

E a resposta seria: sim. O poder quase absoluto erigido sob a base da não interferência – ou autonomia, no linguajar da Constituição de 1988 – cria o substrato necessário à reprodução da prática corruptiva, a qual passa de um problema pontual a um problema estrutural, impregnando todas as atividades relacionadas àquela modalidade. E quem perde com tudo isso é o esporte, o qual passa a sofrer uma crise de legitimidade, ao se ver diante da dúvida quanto a um de seus elementos mais essenciais: a imprevisibilidade³⁹³.

A imprevisibilidade é ínsita ao esporte. O jogo só pode ser assim denominado quando, dentre aqueles que participam, qualquer um possa ser vencedor, quer por critérios de preparação física ou intelectual, quer por critérios mais relacionados à ventura daquele que joga. E, para que possa se falar em verdadeiro jogo – com a imprevisível sucessão de vitórias e derrotas que lhe é intrínseca – há que se falar em um jogo limpo – livre de dopagem –, justo – livre de resultados manipulados –, e íntegro – livre de qualquer forma de fraude ou corrupção³⁹⁴.

³⁹² Para uma visão geral do tema, o Relatório *Global Corruption Report: Sport*, editado pela Transparência Internacional, conta com uma série de artigos de renomados pesquisadores, os quais tratam do fenômeno da corrupção no esporte sob as mais diversas facetas e com interessantes aproximações. Todos eles, no entanto, embora possam divergir quanto à forma de solução, convergem quanto à existência de um claro problema de corrupção e fraude no mundo esportivo, decorrente – não apenas, mas em grande medida – do poder quase absoluto conferido às organizações esportivas. (TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Global Corruption Report: Sport*. New York: Routledge, 2016).

³⁹³ Ao abordar o tema, Cobus de Swardt, Diretor Executivo da Transparência Internacional, vai ainda além, ao mencionar que a perda de confiança na legitimidade do esporte pode ensejar, para o cidadão, uma perda de confiança nas instituições em geral. No prefácio ao Relatório denominado *Global Corruption Report*, ele afirma que “o esporte toca a vida de bilhões. Ninguém quer pensar que seu passatempo favorito é maculado. Isso tornou-se inevitável, no entanto, para os fãs de futebol e maio de 2015, com o indiciamento, pelos Estados Unidos, de nove oficiais e ex-oficiais da FIFA por extorsão e lavagem de dinheiro, confirmando as piores suspeitas de muitos. Estas crises no coração do esporte ilustram assuntos bem conhecidos: a cultura de impunidade no topo das organizações esportivas que deixa solta a rédea para o recebimento de propinas e obscuros buracos negros financeiros. A implementação de reformas necessárias e de longo prazo demonstrar-se-á muito mais difícil. Não precisa dizer que a corrupção no esporte não se limita ao futebol, e a importância de combater a corrupção não é limitada ao efetivo no esporte apenas. O esporte é um símbolo de *fair play* em todo o mundo, e comumente proporciona uma folga das dificuldades diárias para muitos, quer sendo parte em ou torcendo por um time local. Se a confiança no esporte é perdida e as pessoas não mais conseguem acreditar naquilo que estão vendo no campo de jogo ou ouvindo daqueles a cargo da modalidade, então a confiança pública em qualquer instituição pode ser irreparavelmente abalada”. Tradução livre do inglês. SWARDT, Cobus de. Prefácio do Relatório da TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Global Corruption Report: Sport*. New York: Routledge, p. XIII-XIV, 2016.

³⁹⁴ A relação entre o *fair play* e a imprevisibilidade ínsita ao esporte foi bem colocada por Richard H. McLaren, para quem “o *fair play* é integrante do contínuo sucesso do esporte, e ainda assim está em todo lugar sob ataque. Ato de corrupção solapam o ideal de *fair play* ao controlar e manipular as variáveis que definem o esporte e o ideal olímpico para beneficiar indivíduos ou grupos específicos. Ao fazê-lo, o esporte é despojado da sua característica mais fundamental: a incerteza do resultado”. Tradução livre do inglês. MCLAREN, Richard H.

A integridade do esporte é, pois, aspecto inerente à própria lógica que o torna atrativo aos espectadores. Qual seria a emoção de assistir a uma partida em relação à qual já se sabe, de antemão, o resultado final? A atração ínsita ao esporte está justamente nessa imprevisibilidade, que impregna o jogo de forma a ser possível pensar-se em favoritos e azarões – de acordo com algumas capacidades técnicas – sem deixar de acreditar na vitória dos segundos – de acordo com a sorte que naquele momento esteja mais favorável. E o espectador, desgraçado na derrota e sorridente na vitória, interessa-se pelo esporte na medida em que sabe ser este imprevisível, sem interferências alheias ao jogo bem jogado e à parcela de sorte que, acredita-se, acompanha os vencedores³⁹⁵.

E para os atletas? Também para estes o esporte apenas tem sentido na medida em que privilegia o mais talentoso e bem preparado; na medida em que retribui com os louros da vitória as horas dedicadas aos intensos treinamentos; e na medida em que bane de sua prática aqueles que trapaceiem e tentem chegar à vitória por instrumentos diversos de seus próprios méritos.

E a garantia de tal integridade do esporte pode e deve ser buscada por todos os atores envolvidos, a saber, os próprios atletas, os Estados, as organizações internacionais e as organizações esportivas (de administração ou de prática). Se, para a luta contra a dopagem e contra a manipulação de resultados, tal parceria tem-se demonstrado clara – e até natural –, tanto no Brasil como internacionalmente, o mesmo não se pode afirmar no tocante à prevenção e combate à gestão fraudulenta e às práticas corruptivas.

O princípio da não interferência – apresentado sob as vestes da autonomia das organizações esportivas na Constituição da 1988 – tem sido invocado, em muitas oportunidades, para afastar qualquer tentativa de intromissão do Estado – e das organizações internacionais correspondentes – com a escusa de garantir a independência no exercício das funções desempenhadas pelas organizações esportivas em prol do esporte.

Em prol do esporte o é, sempre, a integridade. Assim, as medidas voltadas a garantir-lhe proteção – quer sejam endereçadas pelos atores propriamente esportivos (como o são as

Fair Play – Ideals and Realities. In TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Global Corruption Report: Sport*. New York: Routledge, p. 12-15, 2016.

³⁹⁵ Para além das características acima destacadas – relacionadas a aspectos como justiça, higidez e integridade – pode-se afirmar que o esporte – sob o prisma do espectador – é, em boa medida, inclusivo, não colocando barreiras para sua assistência. Embora não seja este o objeto deste trabalho, merece destaque a passagem da obra “O Negro no Futebol Brasileiro”, de Mário Filho, que assim ditou, a respeito das partidas de futebol: “A paixão do povo tinha de ser como o povo, de todas as cores, de todas as condições sociais. O preto igual ao branco, o pobre igual ao rico. O rico paga mais, compra uma cadeira numerada, não precisa amanhecer no estádio, vai mais tarde, fica na sombra, não apanha sol na cabeça, mas não pode torcer mais do que o pobre, nem ser mais feliz na vitória, nem mais desgraçado na derrota”. FILHO, Mário. **O negro no foot-ball brasileiro**. Rio de Janeiro: Irmão Pongetti Editores, 1947.

organizações esportivas), quer sejam endereçadas pelos Estados ou suas organizações internacionais – serão sempre desejáveis em favor da proteção do esporte.

Se a autonomia passou a existir para garantir a incolumidade dos atos praticados regularmente pelas organizações esportivas em face da alegada indevida – e política – ingerência dos Estados, sua conformação jurídica não pode ganhar contornos tais a contribuir para a construção de uma “criatura maior que o criador”. A autonomia das organizações esportivas é protegida na medida em que proteja a boa gestão do esporte. Sua utilização alheia a tais fins, a configurar abuso da posição jurídica correlata, importa na deturpação de sua finalidade e, pois, em tornar-lhe relativizável ante outros princípios aplicáveis ao caso concreto.

Há que se estabelecer, novamente, o equilíbrio que deve imperar no balanceamento entre o poder outorgado às organizações esportivas e aquele mantido pelo Estado, a fim de possibilitar a conformação de forças necessária ao recíproco controle. Este controle, quando realizado pelo Estado, não o é, necessariamente, por um imperativo político de instrumentalização do esporte, sendo possível conceber-se a atuação do Estado desnudada de tal fim.

O Estado não se reduz a um aparelho de poder a serviço dos dominantes nem a um lugar neutro de reabsorção dos conflitos: ele constitui a forma de crença coletiva que estrutura o conjunto da vida social nas sociedades fortemente diferenciadas³⁹⁶.

As palavras acima enunciadas, creditadas a lições do curso no Collège de France de Pierre Bordieu, dão conta da evolução da própria noção de Estado, do Leviatã de outrora para a concepção de corpo estruturador do conjunto da vida social. E do temor do poder estatal antes enunciado como um dos mais importantes mecanismos de adesão da vida social, passa-se a essa ideia de crença coletiva, a qual permite cogitar-se da desnecessidade de utilização da força para a cooperação desejada com o movimento esportivo.

O Estado não mais deseja se apresentar como o monstro fenício uma vez retratado por Hobbes. Sua nova conformação, de maior adesão à vida social, tem por escopo aproximar-lhe dos cidadãos, apresentando-o como protetor e promotor. Não mais pelo temor, e sim pela legitimidade conferida por suas leis, opera-se a força do Estado.

Poderão Olímpia e o Leviatã, afinal, conceber uma relação de cooperação? Parece-nos que Estado e movimento esportivo apresentam-se como recíprocos temperamentos do exercício soberano do poder no mundo do esporte. Se ao Estado compete regular excessos

³⁹⁶ BORDIEU, Pierre. **Sobre o Estado** – Cursos no Collège de France (1989-92). Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 676.

eventualmente praticados pelas organizações esportivas, a estas compete – lançando mão das garantias jurídicas afirmadas na Constituição – afastar aquele em caso de indevidas ingerências. Os já mencionados freios e contrapesos estabelecidos entre Estado e movimento esportivo permitem a boa execução de tal equilíbrio, buscando garantir ao jogo o elemento que lhe é essencial: a imprevisibilidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ALMEIDA, Marcos Antonio; GUTIERREZ, Gustavo Luis; e MARQUES, Renato F. Rodrigues. **A Transição do Esporte Moderno para o Esporte Contemporâneo: Tendência de Mercantilização a Partir do Final da Guerra Fria**. In: 1º Encontro da ALESDE, Curitiba, p. 1-8, 2008. Disponível em: <<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/a-transicao-esporte-moderno-para-o-esporte-contemporaneo-tendencia-mercantilizacao-partir-final-guerra-fria.pdf>>.
- AMADO, João Leal; COSTA, Ricardo (Coord.). **Direito do Desporto Profissional – Contributos de um Curso de Pós-Graduação**. Cadernos do IDET. Coimbra: Almedina, 2011.
- AMSON, Charles. **Droit du Sport**. Vuibert: Paris, 2010.
- AMAZARRAY, Igor Chagas. **Futebol: O Esporte como Ferramenta Política, seu Papel Diplomático e o Prestígio Internacional**. Trabalho de Conclusão apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Bacharel, sob a orientação do Prof. Eduardo Filippi. Porto Alegre: 2011.
- AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Ócio, Lazer e Tempo Livre na Sociedade de Consumo e do Trabalho**. Versão eletrônica disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200013>.
- ARAUJO, Luiz Alberto David. NUNES JR., Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ARISTOTELES. **Metafísica: livro 1 e livro 2; Ética a Nicômaco; Poética**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução de Vincenzo Cocco et alli. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BABER, Mark. Box 1.2 *FIFA and the non-interference rule*. In: TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Global Corruption Report: Sport**. New York: Routledge, p. 44-51, 2016.
- BADDELEY, Margareta. **L'association sportive face au droit: les limites de son autonomie**. Versão eletrônica disponível em: <<http://archive-ouverte.unige.ch>>.
- BARANI, Luca. **The Role of the European Court of Justice as a Political Actor in the Integration Process: The Case of Sport Regulation after the Bosman Ruling**. In: JCER (Journal of Contemporary European Research), Vol. 1, Issue 1, p. 42-58, 2005.

BARRETO, Fernanda Carvalho Leão. **Função social do contrato, liberdade econômica e seus reflexos no âmbito do direito das famílias e das sucessões – Uma análise da Medida Provisória n 881-2019**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6931/Fun%C3%A7%C3%A3o+social+do+contrato%2C+liberdade+econ%C3%B4mica+e+seus+reflexos+no+%C3%A2mbito+do+direito+das+fam%C3%ADlias+e+das+sucess%C3%B5es+%E2%80%93+Uma+an%C3%A1lise+da+Medida+Provis%C3%B3ria+n+881-2019>>.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 3ª edição, Saraiva: São Paulo, 1999.

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de Direito Constitucional**, Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. Volume 8. São Paulo: Saraiva, 1998.

BAYER, Rodrigo Steinmann. **A ideia de autonomia das organizações internacionais esportivas**. RBDD, Vol. 13, n. 26, p. 211-239, jul-dez/2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129270>>.

BAYLE, Emmanuel; DURAND, Christophe. *Vingt ans de relations entre le mouvement sportif et l'Etat: d'une collaboration ambivalente vers une régulation managériale?* In *Politiques et management public*, vol. 22, n° 2, 2004. Tome 1. pp. 113-134.

BEECH, John; CHADWICK, Simon. *The Business of Sport Management*. Londres: Financial Times Management, 2004.

BERGSGARD, Nils Asle; et alli. *Sport Policy: a comparative analysis of stability and change*. Burlington: Elsevier, 2007.

BONIFACE, Pascal. *Football e Mondialisation*. 2ª ed. Paris: Armand Colin, 2013.

BONIFACE, Pascal. *JOpolitiques : Sport et relations internationales*. Paris: Eyrolles, 2016.

BORDIEU, Pierre. **Sobre o Estado** – Cursos no Collège de France (1989-92). Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BORDIEU, Pierre. **Como é possível ser esportivo?** In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-153.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Comentário ao art. 5o, XVI a XXI, da Constituição. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L.C. e GRAU, Nuria Cunill (orgs.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BROHM, Jean-Marie. *La Machinerie Sportive – Essais d'analyse institutionnelle*. Paris:

Economicas, 2002.

BROHM, Jean-Marie. *Sociologie politique du sport*. Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1992.

BROMBERGER, Christian. *Football – la bagatelle la plus sérieuse du monde*. Paris: Bayard, 1998.

BROOKS, Graham; et alli. *Fraud, Corruption and Sport*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2013.

BUENO, Luciano. **Políticas Públicas do Esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

CAMARGOS, Wladimir Vinycius de Moraes. **A Constitucionalização do Esporte no Brasil – Autonomia Tutelada: Ruptura e Continuidade**. 2017. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília.

CHAMPION JR., Walter T. *Sports Law in a Nutshell*. 4ª Edição. St. Paul: West Academic Publishing, 2009.

CHAPPELET, Jean-Loup. *L'autonomie du sport en Europe*. Conseil de l'Europe: Strasbourg, 2010.

CHAPPELET, Jean-Loup ; KUBLER-MABBOTT, Brenda. *The International Olympic Committee and the Olympic System*. New York: Routledge, 2008.

CHAPPELET, Jean-Loup. *Autonomy and governance – Necessary bedfellows in the fight against corruption in sport*. In: TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Global Corruption Report: Sport**. New York: Routledge, p. 16-28, 2016.

CHAPPELET, Jean-Loup. *Beyond governance: the need to improve the regulation of international sport*. Sport in Society, 2017, p. 1-11.

CHEVALIER, Emilie. *L'élaboration de la règle déontologique: de l'interventionnisme public et du pluralisme des ordres normatifs*. In: Les Cahiers de Droit du Sport, n. 42, p. 28-36, 2016.

CLARAMUNT, Jorge Castellanos. *Corrupción y buen gobierno en el deporte - Breve análisis del caso Soule*. In HUESO, Lorenzo Cotino; PALOP, Andrés Boix. **El buen gobierno y la transparencia, a caballo entre la Ética y el Derecho**. Revista Internacional de Éticas Aplicadas, nº 27, p. 115-130.

CLERET, Lea; et alli. *'Sports Integrity' Needs Sports Ethics (And Sports Philosophers And Sports Ethicists Too)*. Sport, Ethics and Philosophy, Vol. 9, n. 1, p. 1–5, 2015.

COASE, Ronald. *The Firm, the Market and the Law*. Chicago: Chicago University Press,

1988.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Livro Branco sobre o Desporto**. Bruxelas: COM, 2007.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social Europeu e ao Comitê das Regiões** – Desenvolver a Dimensão Europeia do Desporto. Bruxelas: COM, 2011.

CONSELHO EUROPEU – Assembléia Parlamentar. *The reform of football governance*. Resolution 2053, 2015.

COUR DE COMPTES. *Rapport public thématique: L'État et le mouvement sportif: mieux garantir l'intérêt général*. La Documentation française, février 2018. Disponível em: <<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/var/storage/rapports-publics/134000044.pdf>>.

COUR DE COMPTES. *Rapport public thématique: Sport pour tous et sport de haut niveau: pour une réorientation de l'action de l'État*. Janvier, 2013. Disponível em: <www.ccomptes.fr>.

D'ANDREA, Antonella. *La Funzione Sociale dello Sport nell'Ordinamento Internazionale, Europeo ed Italiano*. Revista dos Tribunais, Vol. 979, Ano 106, p. 279-304, Maio/2017.

DEFrance, Jacques. *Sociologie du Sport*. 6ª ed. Paris: La Découverte, 2011.

DORSEY, James M. *Political interference, power struggles, corruption and greed – The undermining of football governance in Asia*. In: TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Global Corruption Report: Sport*. New York: Routledge, p. 39-43, 2016.

DUDOGNON, Charles; FOUCHER, Bernard; et alli. *Intégrité des Compétitions Sportives*. Lyon: Dalloz, 2014.

DURET, Pascal. *Sociologie du Sport*. 3ª ed. Paris: PUF, 2011.

DUVAL, Jean-Marc. *Le Droit Public du Sport*. Marseille: PUAM, 2002.

ECORYS; MANOLI, Argyro Elisavet. *Mapping of Corruption in Sport in the EU - A report to the European Commission*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018.

ELIAS, Norbert. *La Genèse du Sport en tant que Problème Sociologique*. Revue des Deux Mondes, p. 46-58, Jun/1998.

ELIAS, Norbert ; DUNNING, Eric. *Sport et Civilisation: La violence maîtrisée*. Paris: Fayard, 1994.

ELIAS, Norbert ; DUNNING, Eric. *Deporte y Ocio em el Proceso de la Civilizacion*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

- FARIA, Tiago Silveira de. **A influência do direito desportivo transnacional no ordenamento jurídico brasileiro**: da reprodução de normas à aplicação direta pela jurisdição estatal. *Revista de Direito Internacional*, Vol. 12, n. 2, p. 324-341, 2015.
- FARIA, Tiago Silveira de. ***Lex FIFA***: Autonomia e Poder de uma Ordem Jurídica Transnacional. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- FUKAI, Bruno Marcos. **Modelos de Gestão Esportiva**: Análise introdutória a partir dos estudos dos modelos de gestão esportiva dos EUA e Brasil. Trabalho de Conclusão apresentado à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel, sob a orientação do Prof. Paulo Cesar Montagner. Campinas: 2011.
- FOUCHER, Bernard. ***Compréhension de l'institution sportive comme acteur non étatique***. Disponível em: <http://www.sciencespo.fr/chaire-madp/sites/sciencespo.fr/chaire-madp/files/comprehension_institution_sportive_acteur_non_etatique.pdf>.
- FREEBURN, Lloyd. ***Regulating International Sports - Power, Legal Authority and Legitimacy***. Leiden: Koninklijke Brill, 2018.
- GARDINER, Simon; et alli. ***Integrity and the Corruption Debate in Sport – Where is the Integrity?*** Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/16184742.2016.1259246>>.
- GEERAERT, Arnout. ***National sports governance observer – Indicators for good governance in national federations***. Copenhagen: Play the Game/Danish Institut for Sport Studies, 2017.
- GEERAERT, Arnout; et alli. ***Good Governance in International Non-Governmental Sport Organisations: an empirical study on accountability, participation and executive body members in Sport Governing Bodies***. In ALM, Jens (ed.). ***Action for Good Governance in International Sports Organisations***. Play the Game. Abril, 2013. Disponível em: <https://playthegame.org/fileadmin/documents/Good_governance_reports/AGGIS_Final_report.pdf>.
- GEHLING, Ricardo Tavares. **Afirmção da Autonomia do Direito Desportivo e Tensões Provocadas pela Disputa de Densidade Normativa**. *Revista Academia Nacional de Direito Desportivo*, Ano 1, n. 2, p. 242-251, Jul-Dez/2016.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; et al. **“Salve a seleção”**: ditadura militar e intervenções políticas no país do futebol. *Psicologia e Saber Social*, 3(1), p. 143-153, 2014.

- GILLES, Paché. *Governance of Professional Sport Leagues: Towards a Convergence Between North America and Europe?*. International Conference on Advances in Management, Plaine Magnien, p. 69-73, Nov/2015.
- GOLDBLATT, David. *Football Nation – A Footballing History of Brazil*. London: Penguin, 2014.
- GROS, Manuel; VERKINDT, Pierre-Yves. *L'Autonomie du Droit du Sport – Fiction ou Réalité?* Disponível em: <https://blogavocat.fr/sites/default/files/fichiers/109_autonomie_du_droit_du_sport.pdf>.
- GUÉGAN, Jean-Baptiste. *Géopolitique du Sport*. Paris: Breal, 2017.
- GUTTMANN, Allen. *Sports: The First Five Millennia*. USA: University of Massachusetts Press, 2004.
- HENRY, I.; LEE, P. C. *Governance and Ethics in Sport*. In: The Business of Sport Management, p. 25–42, Harlow: Prentice Hall, 2004.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOULIHAN, Barrie; GREEN, Mick. *Comparative Elite Sport Development: systems, structures and public policy*. Massachusetts: Elsevier, 2008.
- HOURCADE, Michel. *Le sport et l'État de droit: approche sociologique*. In: *Norme, règle, habitus et droit chez Bourdieu*. Droit et société, n. 32, p. 141-155, 1996. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/dreso_0769-3362_1996_num_32_1_1364>.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens – A Study of the Play-Element in Culture*. London, Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul, 1949.
- JORDÃO, Milton. **Medida Provisória nº 671/2015 e o Princípio Constitucional da Autonomia Desportiva**. Revista Síntese Direito Desportivo, Ano IV, n. 24, p. 9-19, Abr-Mai/2015.
- KARAQUILLO, Jean-Pierre. *Le Droit du Sport*. 3ª ed. Paris: Dalloz, 2011.
- KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 8ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- KESSOUS, Mustapha. **100 histórias dos Jogos Olímpicos**. Tradução de Maria Luiza Newlands. Rio de Janeiro, Edições de Janeiro, 2016.
- KOLLER, Dionne L. *Sports, Doping and the Regulatory “Tipping” Point*. Marquette Sports Law Review, Vol. 26, n. 1, p. 181/197, Fall/2015.
- LATTY, Franck. *La lex fifa. Droit et Coupe du Monde*, Paris, p. 9-27, 2011.
- LIMA, Lucas Correia. **Estado de Exceção Brasileiro e o Ordenamento Jurídico “Chutado para o Escanteio”**: uma breve amostragem sobre as repercussões das

inovações legislativas trazidas pelo megaevento da Copa Mundial de Futebol ao Estado Democrático de Direito Brasileiro frente ao afastamento de direito e garantias da sociedade. Revista Síntese de Direito Desportivo, São Paulo, n. 21, p. 80, 2014.

LUNZENFICHTER, Alain & Marie. *La Politique et L'Olympisme Moderne*. Biarritz: Atlantica, 2008.

LYRA FILHO, João. **Introdução ao Direito Desportivo**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1952.

MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã** – ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf>.

MANGE, Flávia Foz. **As Características do Direito Transnacional como Metodologia: Análise sob o enfoque dos Aspectos Processuais da Arbitragem**. In Revista de Direito Internacional, Vol. 13, n. 3, p. 126-144, 2016.

MARMAYOU, Jean-Michel. *Sports Law in France*. 2ª Edição. The Netherlands: Kluwers Law International, 2019.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; et alli. **A Transição do Esporte Moderno para o Esporte Contemporâneo: Tendência de Mercantilização a partir do final da Guerra Fria**. Artigo apresentado no 1º Encontro da ALESDE “Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas”. Disponível em <<http://cev.org.br/biblioteca/a-transicao-esporte-moderno-para-o-esporte-contemporaneo-tendencia-mercantilizacao-partir-final-guerra-fria/>>.

MATHIEU, Bertrand; VERPEAUX, Michel. *Transparence et Vie Publique*. 1ª ed. Paris: Dalloz, 2015.

MCLAREN, Richard H. *Fair Play – Ideals and Realities*. In TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Global Corruption Report: Sport*. New York: Routledge, p. 12-15, 2016.

MEHTA, Ravi. *The future of sports governance: Will sport sustain its traditional model of autonomy?* Disponível em: <<https://www.lawinsport.com/topics/articles/item/the-future-of-sports-governance-will-sport-sustain-its-traditional-model-of-autonomy>>.

MELO FILHO, Álvaro. **Direito Desportivo no Limiar do Século XXI**. Fortaleza: ABC, 2000.

MELO FILHO, Álvaro. **O novo art. 18-A da Lei Pelé e os mandatos dos dirigentes desportivos**. Revista do Advogado, Ano XXXIV, n. 122, p. 101/108, Abril/2014.

MELO FILHO, Álvaro. Constitucionalização do Desporto Revisitada. In BONAVIDES, Paulo; MORAES, Germana; e ROSAS, Roberto (orgs.). **Estudos de Direito Constitucional em Homenagem a Cesar Asfor Rocha** (Teoria da Constituição, Direitos Fundamentais e Jurisdição). Rio de Janeiro, São Paulo e Recife: Renovar, 2009. p. 1-18.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do Fato Jurídico – Plano da Existência**. 13ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

MENDES, Gilmar Ferreira. Tendências e Expectativas do Direito Desportivo. In **Direito Desportivo**. Campinas: Jurídica Mizuno, 2000.

MITTEN, Matthew J. *Baseball: An Illustration of How Professional Sports are Structured, Internally Governed, and Legally Regulated in the USA*. Apresentação realizada durante o *Legal Issues on the Culture, Art, Sports and Entertainment Industry Comparative and International Law Seminar*. Universidade de Dongguk, Seoul, Korea. Outubro/2008. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/>>.

MRKONJIC, Michael. *Sports organisations, autonomy and good governance*. Disponível em: <http://www.playthegame.org/fileadmin/documents/Good_governance_reports/AGGIS-report_-_13Sports_organisations__autonomy_and_good_governance__p_133-150_.pdf>.

MUNRO, Bob. *Sport as force for good*. In: TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Global Corruption Report: Sport**. New York: Routledge, p. 3-11, 2016.

NAFZIGER, James A. R. *A Comparison of the European and North American Models of Sports Organization*. In: GARDINER, Simon; et alli (ed). **EU, Sport, Law and Policy**. The Hague: TMC Asser Press, 2009. p. 40.

NOLL, Roger G. (ed). **Government and the sports business**. Washington: The Brookings Institution, 1974.

NUNES, Tatiana Mesquita. *The inclusion of financial fair play into Brazilian Sports Law – Considerations about a new wording of Article 10 of the Fans Statute*. In: **Football Legal – The international journal dedicated to football law**, n. 5, p. 145/146, junho/2016.

PALAZZO, Guido. *Organizational Integrity – Understanding the Dimensions of Ethical and Unethical Behavior in Corporations*. In ZIMMERLI, Walther Ch.; RICHTER, Klaus; HOLZINGER, Markus. **Corporate Ethics and Corporate Governance**. Berlin, Heidelberg: Springer, 2007.

PARENTE FILHO, Marcos Santos (org.). **Esporte, educação física e Constituição**. São Paulo: Ibrasa, 1989.

PENTEADO, José Tadeu Rodrigues. **Direito Desportivo Constitucional: O Desporto Educacional como Direito Social**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia

Universidade Católica, São Paulo.

PIELKE JR., Roger. *Obstacles to accountability in international sports governance*. In TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Global Corruption Report: Sport*. New York: Routledge, p. 29-38, 2016.

REYNAUD, Jean-Baptiste. *L'encadrement par l'Etat des prérogatives des fédérations sportives françaises*. 2013. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Bourgogne, França.

REZENDE, José Ricardo. **Tratado de Direito Desportivo**. São Paulo: Allprint, 2016.

RHODE, Deborah L. *Cheating: Ethics in everyday life*. New York: Oxford, 2018. p. 19.

ROCQUIN, Baudry. *Le Sport em France: Histoire, économie, sociologie*. Paris: Breal, 2017.

RODRÍGUEZ, Antonio Marcos Escalona. *Heracles y sus doce trabajos*. Facultad de Filología Griega y Filología Eslava de la Universidad de Granada. Disponível em: <<http://masteres.ugr.es/clasicas/pages/investigacion/escalonaheracles/>>.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SÃO PAULO). **A Evolução do Esporte Olímpico**. São Paulo: Sesi-SP, 2012.

SIQUEIRA, André Iki. **João Saldanha** : uma vida em jogo. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 2007.

SILVA, Artur Flamínio da. **A Norma Desportiva e o Constitucionalismo Social**: Traços de um Fenômeno Constitucional sem Estado. Revista Síntese Direito Desportivo, Ano III, n. 18, p. 49-67, Abr-Mai/2014.

SILVA, Maria de Fátima. **Da violência à civilização**: Hércules e o superhomem da Antiguidade. Revista Humanista, Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. LXV, p. 7-26, 2013.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **(Re)Pensando as Políticas Públicas de Esporte e Lazer**: a Sociogênese do Subcampo Político/Burocrático do Esporte e Lazer no Brasil. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 38(1), p. 42-49, 2016.

TOVAR, Jorge. *El fútbol, una representación de la sociedad*. Disponível em: <<https://uniandes.edu.co/noticias/economia-y-negocios/el-futbol-un-fenomeno-de-masas>>.

TSUMA, Chris. *Corruption in African sport – A summary*. In: TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Global Corruption Report: Sport*. New York: Routledge, p. 44-51, 2016.

TUBINO, Manoel José Gomes; GARRIDO, Fernando Antônio Cardoso; TUBINO, Fábio Mazon. **Dicionário enciclopédico Tubino do esporte**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2007.

VARGAS, Angelo; et alli. **Os Princípios Fundamentais do Desporto, seu Amparo Constitucional e sua Efetivação**. Revista Síntese Direito Desportivo, Ano IV, n. 23, p. 54-77, Fev-Mar/2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 2015.